

## **A PSICOPEDAGOGIA ATUANDO EM ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE**

### **PSYCHOPEDAGOGY ACTING IN NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS IN VULNERABLE SITUATIONS**

Thálytta Tavares Pains; Daniela Soares Rodrigues; Ana Cláudia Faria de Lima;  
Francielle Moreira Rodrigues; Gilvan Silva Caldeiras; Pedro Vinicius Barreto  
Souza; Vania Gomes Cardoso; Vilma Maria Soares Rodrigues; Cláudia Ribeiro  
de Lima

**RESUMO:** As organizações não governamentais (ONGs) são ambientes de educação não formal, que, não possui fins lucrativos, proporcionando oportunidades de crescimento para aqueles que se envolvem com elas. Nas últimas décadas, as práticas de educação não formal têm sido implementadas principalmente por ONG e entidades do terceiro setor para abordar processos de exclusão/inclusão social entre crianças e adolescentes, onde nota-se um tipo de movimento pedagógico. Nesse sentido, o presente artigo tem por principal finalidade abordar a atuação da psicopedagogia nas organizações não governamentais assim como as inúmeras situações de vulnerabilidade social existentes. Tendo como principais autores: Alencar (2013); Ferreira (2019); Silveira (2019) e Tavares; Dias; Araújo (2016). Assim, na fundamentação teórica foram abordadas informações acerca da definição das ONG's, trazendo também conceitos a respeito da psicopedagogia; além de abordar como a vulnerabilidade social afeta o processo de alfabetização e aprendizagem, assim como as possíveis consequências da falta de acesso à uma educação de qualidade, e ainda, foi abordado a atuação da psicopedagogia nesse contexto. Portanto, ter em conta a vulnerabilidade social na educação é essencial para compreender como vivem e aprendem as crianças desfavorecidas, além de ainda, mostrar-se importante destacar que o profissional de psicopedagogia oferece suporte para solucionar problemas e dificuldades de aprendizagem, com foco no aluno e em seu ambiente sociocultural.

**Palavras-chave:** Crianças. Educação. ONG's. Psicopedagogia. Vulnerabilidade.

**ABSTRACT:** Non-governmental organizations (NGOs) are non-formal education environments, which are non-profit, providing growth opportunities for those who get involved with them. In recent decades, non-formal education practices have been implemented mainly by NGOs and third sector entities to address processes of social exclusion/inclusion among children and teenagers, where a type of pedagogical movement can be seen. In this sense, the main purpose of this article is to address the role of psychopedagogy in non-governmental organizations as well as the numerous situations of social vulnerability that exist. The main authors are: Alencar (2013); Ferreira (2019); Silveira (2019) and Tavares; Dias; Araújo (2016). Therefore, in the theoretical foundation, information about the definition of NGOs were addressed, also bringing concepts regarding psychopedagogy; in addition to addressing how social vulnerability affects the literacy and learning process, as well as the possible consequences of the lack of access to quality education, and also, the role of psychopedagogy in this context was addressed. Therefore, taking into account social vulnerability in education is essential to understand how disadvantaged children live and learn, and it is also important to highlight that the psychopedagogy professional offers support to solve problems and learning difficulties, focusing on the student and their sociocultural environment.

**Keywords:** Children. Education. NGOs. Psychopedagogy. Vulnerability.

## INTRODUÇÃO

As organizações não governamentais (ONGs) são ambientes de educação não formal, que, não possui fins lucrativos, proporcionando oportunidades de crescimento para aqueles que se envolvem com elas. Seu crescimento é impulsionado, em grande parte, pelos problemas sociais presentes na sociedade. Além disso, as demandas do mercado de trabalho e o desejo de auxiliar pessoas em situações de desigualdade social também são fatores que impulsionam esse crescimento.

Nessas organizações, haja vista que elas, normalmente ocorrem fora do setor público, o desafio que a Psicopedagogia Institucional enfrenta é o de estabelecer um diálogo viável entre as necessidades educacionais identificadas em contextos sociais onde o Estado contribui pouco para a formulação de políticas capazes de resolver essas dificuldades. Nesse sentido, o psicopedagogo surge como um profissional que pode articular, de forma interdisciplinar, os interesses das pessoas com suas dificuldades e as instituições que colaboram na

promoção de uma aprendizagem inclusiva e de qualidade.

Assim, a prática psicopedagógica em instituições e organizações não governamentais voltadas para crianças e adolescentes é extremamente sensível e necessita de mais estudos que analisem a rotina vivenciada pelos usuários, visto que essa problemática ainda carece de pesquisas acerca dessa área.

Na esfera das organizações não governamentais, particularmente nestes tempos atuais, a psicopedagogia enfrenta o desafio de agir tanto de forma preventiva quanto curativa, visando abordar as diferentes áreas humanas relacionadas à aprendizagem escolar.

É importante compreender que cada criança deve ser avaliada e habilitada como um indivíduo completo e em constante evolução, que está constantemente construindo seu processo de aprendizado.

Diante disso, busca-se através desse artigo e por intermédio do objetivo geral Compreender a atuação da psicopedagogia nas ONG'S e no quesito vulnerabilidade social. Dentre os objetivos específicos, tem-se: Definir as Organizações Não Governamentais

e a psicopedagogia; Relacionar a vulnerabilidade social com o processo de alfabetização; no quesito vulnerabilidade social, busca-se Identificar as consequências da falta de acesso à educação; Descrever a atuação da psicopedagogia nessas organizações.

Desse modo, pode-se dizer que esse artigo tem sua relevância no que tange a falta de pesquisas nesse campo, assim, através dele, a população possa despertar um olhar mais focado para essa área, visto a necessidade emergente de abordar a temática.

A metodologia utilizada para a construção desse artigo foi a pesquisa bibliográfica que, por meio de pesquisas em artigos, trabalhos acadêmicos, revistas, sites e principais bases de dados: Scielo, Pepsic e BV Salud, buscou-se aprofundar o assunto.

No que se refere a estrutura do artigo, apresenta-se da seguinte forma: As Organizações Não Governamentais E A Psicopedagogia; A Correlação Entre Situação De Vulnerabilidade E Alfabetização; As Consequências Da Falta De Acesso A Educação; A Atuação Do Psicopedagogo Com As Crianças Em Organizações Não Governamentais.

## **AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E A PSICOPEDAGOGIA**

A expressão “ONG” foi criada pelas Nações Unidas na década de 1940 para se referir às organizações informais, também chamadas de não governamentais, que recebiam assistência financeira de organizações públicas para implementar projetos de benefício social dentro da filosofia de trabalho da “comunidade de desenvolvimento” (Gohn, 1997, apud Tavares; Dias; Araújo, 2016).

Na década de 1970, as ONGs (Organizações não Governamentais) aderiram aos movimentos sociais e funcionaram como centros de aconselhamento com sentido de formação política. Contudo, a partir da década de 1990, o seu foco mudou e começaram a trabalhar com governos estaduais. (Tavares; Dias; Araújo, 2016)

Para Garcia (2008, apud Tavares; Dias; Araújo, 2016) a expansão da educação não formal no Brasil pode ter sido facilitada pelo aumento significativo do número de ONGs devido às demandas de política social do terceiro setor. Que, por sua vez, baseia-se na educação, inspirada no trabalho de Paulo Freire

na década de 1960, para alcançar valor social através de práticas de educação pública voluntária e comunitária (Gadotti, 2000, apud Alencar, 2013).

Para Gohn (1999), citado por Gadotti (2005, apud Alencar, 2013) ao fazê-lo, a educação não formal cria processos de formação para a aprendizagem da cidadania, do trabalho, da organização comunitária e dos conteúdos escolares em diversos locais.

No Brasil, o termo “ONG” é frequentemente utilizado como sinônimo de terceiro setor. No entanto, deve-se inferir que as ONG são uma das muitas outras organizações que fazem parte do terceiro setor, uma vez que existem muitas organizações da sociedade civil que partilham algumas características básicas comuns (COELHO, 2005, apud Tavares; Dias; Araújo, 2016). Em 23 de março de 1999, a Lei nº. 9.790 foi criada a Lei do Terceiro Setor.

[...] o Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade a práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas

múltiplas manifestações na sociedade civil. (Fernandes, 1997 p.27, apud Tavares; Dias; Araújo, 2016, p 09).

Dessa forma, para que uma instituição nascida no terceiro setor, ou melhor, uma organização não governamental, exista, ela precisa passar por um processo de criação, implementação e manutenção, exigindo atenção especial em cada etapa (LEONARDI, 2005).

A sociedade pode ser dividida não só de maneira hierárquica, mas também de maneira setorial, com base em um modelo de organização de cada grupo de “atores”. Entretanto, faz-se necessário perpassar o conceito de Primeiro Setor e Segundo Setor. Por isso, os atores são classificados em setores, sendo o primeiro segmento formado pelo governo, que é responsável por assuntos que afetam a sociedade como um todo, ou seja, tem finalidades públicas (Scheid; Mafalda; Pinheiro, 2010).

O setor privado, conhecido como segundo setor, é influenciado pelas questões individuais. Já o terceiro setor é formado por pessoas privadas, mas que realizam ações para beneficiar a população, seguindo diretrizes do governo. Assim, o terceiro setor se difere dos outros setores econômicos

porque consiste em indivíduos e/ou entidades que operam para fins públicos (Scheid; Mafalda; Pinheiro, 2010).

As ONGs são entidades privadas, sem fins lucrativos, com o objetivo de acrescentar ou mesmo melhorar algo em uma determinada sociedade; essas são compostas por pessoas privadas que possuem interesse público, com intuito de melhoria a algum campo da sociedade, o qual é merecedor de uma atenção especial do poder público (Scheid; Mafalda; Pinheiro, 2010, p 03).

As Organizações não governamentais são espaços de educação não formal, e constituem muitas vezes espaços de luta pela democracia e servem como forma de consciência política. Portanto, os educadores devem estar preparados para a realidade deste espaço, sabendo que o seu papel como professores é importante para avançar no processo educativo (Tavares; Dias; Araújo, 2016).

A educação não escolar é um conceito criado para explicar a realidade histórica de determinada população, onde é promovida práticas de ensino estruturadas fora do contexto escolar (Severo, 2015, apud Silva, et. al., 2020).

Esse conceito serve para caracterizar e contextualizar a ação educativa que se manifesta de modo diferente da educação não formal, que aparece como expressão de setorização da educação (Silva, et. al., 2020).

Nas últimas décadas, as práticas de educação não formal têm sido implementadas principalmente por ONG e entidades do terceiro setor para abordar processos de exclusão/inclusão social entre crianças e adolescentes, onde nota-se um tipo de movimento pedagógico (Silva, et. al., 2020).

Apesar da educação não escola ser confundida com a educação não formal, Gohn (2013, p 21, apud Silva, et. al., 2020, p 229) expõe que:

se refere a processos de ensino-aprendizagem extraescolares que ocorrem no mundo da vida, na educação não escolar, não institucionalizada. Ela se diferencia da educação formal/escolar, curricular; diferencia-se também da educação informal - aquela que ocorre espontaneamente na socialização cotidiana dos indivíduos ao longo da vida (na família, nos clubes, shoppings centers, academias, e outros espaços de lazer e entretenimento; nas igrejas; e até na escola entre os grupos de amigos.

Educação formal, informal e não formal são expressões que apesar de semelhantes, e mesmo que ambas são utilizadas para setorizar a educação como um todo, se diferem em partes. A educação não formal é empregada para definir o ambiente onde ocorrem as atividades educacionais. Mesmo que a expressão "não escolar" possa parecer uma negação à escola ou estar relacionada a outro tipo de educação, a educação não escolar se assemelha à educação escolar em termos de complementaridade e apoio ao longo da vida, de acordo com as necessidades individuais (Silva, et. al., 2020).

As crianças que frequentam os espaços de educação não escolar são os mesmos que frequentam a escola, porém vão para as organizações que prestam serviços não escolares por estarem sujeitas à violência e abuso, a pobreza socioeconômica, existem também aquelas que são forçadas a trabalhar em idade precoce e, frequentemente, possuem relações frágeis tanto com a família quanto com a escola e em suas relações sociais no geral. Isso acaba enfatizando a necessidade de cuidado durante o contraturno da escola, pois comumente apresentam dificuldades e déficits na

sua aprendizagem (Moura e Zucchetti, 2019, apud Silva, et. al., 2020).

Outro acontecimento importante na década de 1980 foi o surgimento de organizações não governamentais, as primeiras organizações com imagem de ONG surgiram no final da década de 1960 e início da década de 1970, organizações essas que estabeleciam laços com associações, sindicatos, a Igreja Católica e universidades da época (Libâneo, 2010, apud Alencar, 2013). GESET (2001, apud Alencar, 2013) cita também que a igreja era responsável por vários institutos que prestavam assistência às comunidades necessitadas

Vê-se então o surgimento de ONGs para apoiar os movimentos sociais durante as ditaduras, haja vista que nesse tempo o Brasil passava por uma fase de pressão e autoritarismo por causa do regime militar. A partir da década de 1990, estas comunidades cresceram e mudaram de direção à medida que o país restaurava a democracia e aumentava a desigualdade social. Tendo começado a recolher crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, este trabalho já faz parte da sua realidade, neste caso proporcionando educação informal, muitas vezes através de

projetos artísticos (Carvalho, 2008, apud, Alencar, 2013).

As discussões sobre a regulamentação deste setor começaram em 1996, quando as ONGs tinham diferentes formas, objetivos e procedimentos gerais, e em 1999 a Lei nº. 9.790 (Alencar, 2013).

Dentre desse contexto, as organizações não governamentais passaram a oferecer educação complementar, todavia, era caracterizada como uma educação não formal, mas havia um caráter intencional, e está estruturada em um nível inferior com as relações pedagógicas sistemáticas, ao contrário das escolas com educação formal (Libâneo, 2010, apud Alencar, 2013).

Sendo a educação um direito de todos, sabe-se que existe uma grande procura por este serviço, muitas vezes carente de qualidade, o que acarreta muitos problemas. Esses problemas sociais incluem violência e abandono escolar devido a diversos fatores como professores mal remunerados, problemas com a estrutura física das escolas, e na tentativa de mudar essa realidade, o Brasil lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e vários outros programas. (Alencar, 2013).

Neste contexto, as ONGs têm se tornado cada vez mais poderosas no trabalho com crianças e adolescentes socialmente em vulnerabilidade (Alencar, 2013).

Os últimos dados da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) mostram que existiam 290,7 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil em 2010. Segundo a ABONG (2012), um estudo sobre o perfil das fundações privadas e organizações sem fins lucrativos associações com fins lucrativos foi realizado em 2010 em colaboração com o IBGE e o Instituto de Economia Aplicada (IPEA) e grupos de institutos, instituições e empresas (Alencar, 2013).

O crescimento das ONG mostra que grande parte dele é impulsionado pelos problemas sociais existentes, pelas exigências do mercado de trabalho e pelo desejo de ajudar as pessoas em situações de desigualdade social através de projetos e da educação não formal, uma vez que oferece oportunidades de crescimento (Alencar, 2013).

Enfatiza-se que nas Organizações Não Governamentais, o processo de ensino e aprendizagem ocorre de maneira

diferente do processo educativo oferecido em escolas de ensino regular (Silva, et. al., 2020).

Paulo Freire (1987), um dos precursores do movimento acerca da educação, propôs em suas ideias uma educação problematizadora, possuindo um sentido de transformação social. Ele acreditava que a educação não deveria ser apenas transmitir conhecimentos, mas sim instigar o pensamento crítico dos alunos, incentivando-os a questionar o status quo e a buscar soluções para os problemas que enfrentam (Silva, et. al., 2020).

Para Freire (1987), a educação era uma forma de emancipação, permitindo que as pessoas fossem protagonistas de suas próprias histórias e agentes de mudança em suas comunidades. Em vez de simplesmente ensinar informações, o papel do educador era estimular a reflexão e o diálogo, levando os alunos a se tornarem conscientes de sua realidade e a lutarem por uma sociedade mais justa e igualitária (Silva, et. al., 2020).

Assim, a educação problematizadora era uma abordagem transformadora, que tinha como objetivo principal a libertação dos indivíduos e a construção de uma

sociedade mais democrática e participativa. Porém, há a perspectiva de uma educação libertadora, capaz de construir uma sociedade mais humana (Silva, et. al., 2020).

Não obstante, para o autor é necessário e importante respeitar as experiências trazidas em sua vida psicossocial, e ainda valorizá-las no processo educativo, independente da realidade vivida por ela (Silva, et. al., 2020).

Ao longo de toda a sua vida Paulo Freire lutou pela prática da liberdade, pelo oprimido, pela conscientização por meio do diálogo, pela educação como um processo de ser mais dos sujeitos (SCOCUGLIA, 1999, apud Silva et. al., 2020, p 228).

Nesse momento, dá-se lugar a psicopedagogia atuante nessas instituições. Contando com o trabalho em grupo e entre os profissionais de determinadas instituições, o pedagogo desempenha o papel de mediador que deve ser capaz de se comunicar com as crianças e levar em conta sua realidade social em suas atividades, articulando o conhecimento com a prática (Alencar, 2013).

Ainda assim, ressalta-se que essas organizações, a educação artística pode ser vista em atividades educativas que buscam sempre o



desenvolvimento como um todo, não apenas a aprendizagem artística e profissional, mas que visam aproximar crianças e adolescentes socialmente desfavorecidos da sociedade (Alencar, 2013).

A psicopedagogia como ciência criadora de conhecimento pode emergir como uma área central de conhecimento em parcerias e colaborações multidisciplinares entre instituições e profissionais de educação e saúde para expandir suas oportunidades de buscar qualidade. Nos processos inter-relacionados na aprendizagem humana que ocorrem no movimento do desejo, onde, todos têm maior potencial para oportunidades reais de desenvolver a sua aprendizagem durante a sua vida profissional (Silveira, 2019).

O campo da psicopedagogia está voltado para o estudo do indivíduo em termos de seu conhecimento, com o objetivo de promover a aprendizagem e a independência, visando o bem-estar das pessoas no âmbito profissional. Para isso, é essencial utilizar os recursos disponíveis, como a colaboração entre profissionais, a fim de identificar e eliminar quaisquer obstáculos que possam dificultar o desenvolvimento acadêmico e social do indivíduo, assim, o estudo foca na

aprendizagem humana (Gervasio; Rodrigues, 2014).

Para a psicopedagogia da educação institucional, o desafio que a profissão enfrenta é, sem dúvida, o estabelecimento de um diálogo potencial entre as necessidades educacionais percebidas num contexto social, com pouca cooperação estatal no desenvolvimento de políticas capazes de atender a essas necessidades. Nesse sentido, o psicopedagogo educacional é um especialista capaz de atender de forma interdisciplinar assuntos em dificuldade e em benefício de instituições que colaboram para promover uma aprendizagem integral e de qualidade (Silveira, 2019).

O Plano Nacional para a Promoção, Proteção e Defesa do Direito das Crianças e Jovens a Convivência Familiar e Comunitária (2006) exige que todas as entidades que desenvolvam programas de cuidados, abrigos e organizações institucionais garantam que as crianças e os jovens sejam assistidos. Isto indica que o apoio, acolhimento e devem ser fornecidos, ofertando-os um espaço para socialização e desenvolvimento (Raupp; Accorssi, 2016).

Nas organizações não governamentais, a atenção e o apoio

psicoeducativo podem centrar-se tanto em toda a organização, quanto nas às necessidades das crianças (Raupp; Accorssi, 2016).

Assim, ao relacionar a psicopedagogia enquanto prática nessas organizações, nota-se que faltam informações sobre as práticas psicoeducativas como um todo. Cada fase de avaliação e intervenção tem sido tradicionalmente associada à informação e às relações familiares, criando uma grande lacuna para as crianças sob cuidados (Visca, 1991, apud Raupp; Accorssi, 2016).

Assim, é importante valorizar e reconhecer a importância desses espaços como complemento à educação tradicional, oferecendo oportunidades de aprendizado diferenciadas e enriquecedoras (Moura e Zucchetti, 2019, apud Silva, et. al., 2020).

## **A CORRELAÇÃO ENTRE SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E ALFABETIZAÇÃO**

Ter em conta a vulnerabilidade social na educação é essencial para compreender como vivem e aprendem as crianças desfavorecidas, ou seja, é importante ter em conta as histórias dentro da escola e a sua disciplina, para não rotular aqueles que têm

dificuldades. Ao aprender com pessoas com déficit educacional, presume-se que as falhas estão relacionadas ao ambiente familiar ou ao contexto social da criança (Ferreira, 2019).

Para Kaztman (2005), a vulnerabilidade social é definida como a falta de bens materiais e imateriais que um determinado indivíduo e/ou grupo fica exposto a mudanças repentinas e significativas no padrão de vida no futuro (Silva, 2007, apud Ferreira, 2019).

A expressão “vulnerabilidade social” surgiu como uma tentativa de substituir o termo “exclusão social”, que se relaciona diretamente com o mundo do trabalho e se refere a exclusão de trabalhadores ao mercado de trabalho. Contudo, o termo foi cunhado na década de 1930 pelo grupo de pesquisa de L. B. Murphy, que o definiu como “a tendência a desenvolver disfunções diante do estresse” devido à sua etimologia da palavra latina *vulnerare*, que se traduz dá o sentido de ferir (YUNES; SZYMANSKI, 2001 p. 28-29, apud Morais, 2021, p 62).

Desde então, o termo passou a referir-se à falta de acesso a bens legítimos, como acesso aos cuidados dos serviços de saúde eficazes para todos, acesso, manutenção e permanência de uma educação de

qualidade; trabalho digno que garanta a subsistência das pessoas de uma família; habitação, saúde, e saneamento básico; recreação e segurança. Pois, conforme aponta Morais (2021, p 62) são considerados vulneráveis sociais “todos aqueles que dependem de ajuda para sobreviverem, seja de familiares, como de programas assistenciais do governo”.

Desse modo, essa falta de acessibilidade às oportunidades concedidas pelo Estado, leva os indivíduos a perderem sua representatividade e legitimidade de cidadãos, baixando sua autoestima, fazendo com que percam a esperança e a confiança na justiça e na igualdade social, ocasionando atitudes de proteção contra a sociedade que, muitas vezes, se manifesta através da violência. (Morais, 2021, p 63).

Neste sentido, a vulnerabilidade social ocorre quando o poder público chega de forma fraca, agravando a situação de homens, mulheres e crianças em comunidades pobres ou muito vulneráveis. Os fatores que contribuem para condições vulneráveis são múltiplos e incluem fatores ambientais, sociais, culturais, étnicos, sênior, econômicos, educacionais, de saúde e familiares (Ferreira, 2019).

Para alguns autores, a vulnerabilidade social está relacionada com a pobreza, mas não é o único

problema, essa é uma questão multidimensional (Ferreira, 2019). A pobreza é caracterizada pela falta de acesso ativo aos bens construídos pela sociedade e pela falta de participação efetiva na vida política (Castro, 2010, apud Ferreira, 2019).

Devido ao esgotamento do termo pobreza, os fatores de vulnerabilidade social começaram a ser discutidos na década de 90 como uma doença social, justificando uma série de questionamentos. Assim, organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e a Comissão Econômica para a América Latina e do Caribe (CEPAL) difundiram esses termos, onde, era mais voltado para uma compreensão dos setores mais desprovidos da sociedade, fazendo menção ao empobrecimento dos cidadãos (Ferreira, 2019).

Entretanto, vale ressaltar que o fator vulnerabilidade não está relacionada apenas a pobreza, e às condições econômicas, são múltiplos fatores que levam à situação de risco. Uma vulnerabilidade existe apenas se houver um risco. O risco refere-se, portanto, a grupos e populações, enquanto a vulnerabilidade social refere-se aos indivíduos e à sua susceptibilidade ou predisposição para

reações ou resultados negativos (JANCZURA, 2012, apud Ferreira, 2019).

Assim, uma das características desta camada é o baixo nível de escolaridade. A escola é deixada de lado pois há outras necessidades emergentes e mais urgentes, essencialmente quando refere-se as crianças e o processo de alfabetização. Apesar desse fato, compreende-se que expor as crianças a educação pode contribuir diretamente para conquistar uma melhor condição social (Simões, 2019).

A criança é também um indivíduo socialmente integrado e afetado pelas estruturas sociais que lhe são proporcionadas assim como ao que expõe a família ao perigo. (Simões, 2019).

Em razão disso, nota-se que a vulnerabilidade social não respeita os muros que cercam as escolas, e afeta em maior quantidade as crianças quando não lhes são proporcionadas oportunidades iguais duradouras e os direitos de aprendizagem conquistados. Para compreender as desigualdades sociais, é importante considerar os efeitos da vulnerabilidade nas escolas (Carvalho e Lacerda, 2010, apud Ferreira, 2019).

Desse modo, evidencia que há ligações entre vulnerabilidade social e educação e estas referem-se ao contexto extracurricular das crianças, que por um lado está relacionado com a situação de pobreza, que provoca dificuldades de mobilidade e deslocação dos estudantes, necessidade de as crianças e jovens trabalharem para sustentar o orçamento familiar e assim por diante e por outro lado, há situações de risco na sociedade e nas comunidades, como a violência e o uso de drogas. Isso traz fortes influências ao processo de alfabetização de crianças (Ahlert, 2013, apud, Ferreira, 2019).

O processo de fracasso acadêmico no Brasil não é uma realidade nova. Por outras palavras, o problema da capacidade de ler e escrever não é uma problemática moderna (Ferreira, 2019)

Portanto, percebemos que o interesse pela leitura e pela escrita constituem questões históricas neste país. Ao longo dos anos, os moradores com baixo poder aquisitivo sofreram com a falta de acesso a uma educação de qualidade. Hoje, o número de analfabetos e analfabetos funcionais mostra-se extremamente alarmantes (Ferreira, 2019).

Muitas ONG também trabalham no campo amplamente reconhecido da educação. Algumas dessas organizações atuam dentro da educação não formal que incluem recreação, desporto ou utilização de comunicações eletrônicas. Outras já atuam na educação informais e tendem a ser integrados na prática escolar sem supervisão e aprovação do Estado (Ghanem, 2012).

Ainda, há aquelas que também atuam em outras áreas de educação, geralmente escolas primárias formais, mantidas ou geridas diretamente pelas ONG's ou por se tratarem de projetos cujas atividades estão relacionadas com o mundo escolar, em escolas administradas por instituições públicas ou privadas (Ghanem, 2012).

Além disso, é fundamental garantir a qualidade do ensino, ou seja, estabelecer um padrão de excelência, conforme previsto também na constituição (Costa; Mota; Dante, 2018).

Infelizmente, o cenário apresentado indica que a qualidade de ensino não é oferecida a todas as crianças e adolescentes, especialmente no que se refere a crianças em situações de vulnerabilidade social na Educação

Básica, resultando no fracasso escolar (Costa; Mota; Dante, 2018).

Como consequência existem vários elementos que podem levar ao que é conhecido como fracasso escolar, especialmente no contexto da Educação Básica. Entre esses elementos estão aspectos sociais, emocionais, físicos e pedagógicos (RANGEL; SOUSA, 2012, apud Costa; Mota; Dante, 2018).

Quando se trata dos fatores sociais, é necessário considerar as condições socioeconômicas das famílias, as quais afetam questões como a dificuldade de atenção, o acesso à escola e a supervisão do desempenho escolar por parte dos membros da família, além de outros aspectos relacionados (Costa; Mota; Dante, 2018).

Os fatores orgânicos estão relacionados a problemas de saúde que podem ser físicos, mentais ou motores, bem como deficiências alimentares (Costa; Mota; Dante, 2018).

Dessa forma, ao analisar a situação, percebe-se que as crianças socialmente desfavorecidas enfrentam desafios significativos no processo de alfabetização e aprendizagem, os quais estão relacionados à influência

negativa do ambiente familiar e social em suas vidas (Ferreira, 2019).

Por isso, não é viável reduzir essas crianças a um processo defasado de alfabetização proveniente do produto do seu ambiente social, nem apontar que esses fatores sociais e familiares resultam da sua dificuldade, haja vista que nem sempre é assegurada a aprendizagem ou igualdade de oportunidades aos estudantes por meio do acesso ao ambiente escolar. O primeiro fato que apoia esse argumento refere-se aos grandes índices de evasão escolar e repetências (Ferreira, 2019).

Pois, assim como a escola tem seu caráter inclusivo, também exclui, principalmente crianças á mercê de situações vulneráveis economicamente (Castro, 2010, apud Ferreira, 2019).

Atualmente, os programas sociais têm sido de grande valia, proporcionando auxílio e assistência a diversas famílias com o objetivo de manter as crianças matriculadas na escola. No entanto, é importante destacar que a mera presença na sala de aula não garante o processo de aprendizagem, pois muitas crianças ainda enfrentam condições desfavoráveis (Ferreira, 2019).

A maioria dessas crianças e famílias são beneficiada por programas

sociais e frequenta a escola diariamente. No entanto, quando o assunto é alfabetização e letramento, ainda permanecem à margem da defasagem, porque é sabido que essas questões afetam negativamente o seu aprendizado no que tange a falta de estímulos, e muitas vezes a participação da família no processo de ensino e aprendizado (Ferreira, 2019).

O desconhecimento por falta das instituições de ensino e docentes a respeito da dificuldade de alfabetização de crianças em situação de vulnerabilidade social é uma questão adicional que dificulta o processo (Ferreira, 2019).

Os profissionais não possuem conhecimento acerca da problemática da vulnerabilidade, além de desconhecerem quais crianças são as mais vulneráveis dentro do ambiente escolar (Ferreira, 2019).

Nesse sentido, consideramos que as crianças vulneráveis são as que estão em processo desfavorável de atendimento no sistema de ensino, pelos inúmeros fatores de risco já citados até aqui. Vale ressaltar que esses fatores não as tornam incapazes, basta desenvolver atividades que permitam integrar os conhecimentos adquiridos no ambiente social e familiar (Ferreira, 2019, p 55).

A autora supracitada ainda contribui com essa ideia ao reafirmar

por meio de uma pesquisa que a vulnerabilidade social possui repercussões significativas na alfabetização, onde, segundo ela, as crianças que:

(...) situada em área periférica, maioria negra, pais com pouca escolaridade, crianças que moram com avós e/ou outros familiares, beneficiárias de programas sociais e grande parte ainda não se encontra alfabetizada (Ferreira, 2019, p 55).

Além dos fatores sociais mencionados anteriormente, que fazem parte da vida dos educandos e podem dificultar o processo de alfabetização, é importante destacar também a questão afetiva e abandono como um fator de risco (Ferreira, 2019).

Na alfabetização de crianças vulneráveis, as formas situadas de letramento desempenham um papel crucial na aquisição da linguagem escrita. Dessa forma, é importante considerar todas as circunstâncias relacionadas à alfabetização e ao letramento ao realizar práticas situadas. Isso ajudará os alunos a entenderem o propósito do conhecimento que estão aprendendo (Ferreira, 2019).

Ao considerar que as crianças provenientes de meios populares vulneráveis chegam à escola com conhecimentos relacionados ao seu

contexto social e familiar, tem-se a oportunidade de promover o processo de alfabetização de forma mais contextualizada, sendo possível reconhecer, refletir e direcionar as práticas educativas de maneira mais adequada (Ferreira, 2019).

Quando as crianças ingressam na escola, elas já possuem conhecimento e domínio de uma linguagem oral específica, que é parte do ambiente em que vivem, incluindo sua comunidade e família. Portanto, é indispensável compreender as circunstâncias nas quais os estudantes estão inseridos e como esses elementos podem impactar no processo de aprendizagem (Ferreira, 2019).

Para garantir o acesso efetivo ao ambiente escolar no processo de aprendizagem dos estudantes, é necessário adotar uma abordagem positiva e otimista em relação a eles, levando em consideração o seu conhecimento e não apenas os seus erros (Ferreira, 2019).

As diversas situações em que os alunos estão envolvidos são fatores importantes para o fracasso. No entanto, estes múltiplos fatores que levam à vulnerabilidade social não devem ser vistos como obstáculos à aprendizagem, mas como ferramentas

para acomodar um planejamento adequado, considerando que todos os alunos têm potencial para aprender, basta proporcionar um espaço de ensino que garanta a participação dos alunos (AHLERT; TUBOITI, 2013, apud Ferreira, 2019).

### **AS CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE ACESSO A EDUCAÇÃO**

A Constituição garante o direito e o acesso à educação, tendo como um de seus objetivos o pleno desenvolvimento. A educação no Brasil tem conquistado cada vez mais espaço tanto nas pesquisas e discussões acadêmicas quanto nas previsões constitucionais e legislativas (Costa; Mota; Dante, 2018).

Além disso, também destaca a importância da educação, tanto como um direito fundamental social quanto como um direito público subjetivo. A mencionada circunstância está ligada ao fato de que ela é um aspecto relevante tanto para o indivíduo quanto para a sociedade em que ele está inserido. É essencial destacar, prioritariamente, a importância do conceito geral de educação (Costa; Mota; Dante, 2018).

Como é sabido, a educação é fundamental na formação do indivíduo, buscando sua dignidade e seu

completo desenvolvimento. Por isso, é necessário que o Estado, a família e a sociedade se esforcem para oferecer uma educação de qualidade, a fim de alcançar os objetivos desejados: o pleno desenvolvimento social e educacional da criança. (Costa; Mota; Dante, 2018).

No que diz respeito aos aspectos didáticos, existem problemas relacionados ao processo de ensino-aprendizagem, aos métodos de ensino e à linguagem utilizada na exposição, o que acaba prejudicando a compreensão e assimilação do conhecimento. Independentemente do conceito e dos fatores que o causam, é inegável que o fracasso escolar ainda persiste no Brasil, afetando o direito à educação. Tanto o Estado, a família e a sociedade têm a responsabilidade de enfrentar e reduzir esse problema, pois ele tem impacto na formação e no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes (Costa; Mota; Dante, 2018).

A falta de qualidade no ensino acarreta diversas consequências, tanto imediatas - como a desmotivação do aluno, a evasão escolar e a repetência - quanto futuras, como o desemprego. A exclusão social ainda persiste, em contradição com o que está



estabelecido na Constituição (Costa; Mota; Dante, 2018).

Por sua vez acaba desenvolvendo o fracasso escolar, visto que ele impede o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente na Educação Básica. Isso resulta em diferentes impactos na formação, nas relações sociais e na vida profissional, levando à exclusão dos alunos considerados fracassados e agravando assim, as desigualdades sociais (Costa; Mota; Dante, 2018).

No cenário atual, deparando-se com a gama de problemas que envolvem a vulnerabilidade social, as discussões não conseguem alcançar uma conclusão definitiva e o debate acaba estagnado; isso ocorre também em virtude das diversas visões dos envolvidos neste tema controverso (Simões, 2020).

Ainda, uma das características das famílias que apresentam vulnerabilidade social é a baixa escolaridade. As Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem a educação como um princípio fundamental para o pleno exercício da cidadania. Sem a educação, é improvável que essa parcela vulnerável da população consiga formar indivíduos capazes de desempenhar seu papel como cidadãos e de defender seus direitos de

maneira adequada (Soares, 2002, apud Simões, 2020). Diante esse contexto, é notável o aumento significativo de crianças com dificuldades e problemas de aprendizagem (Simões, 2020).

Quando não há a evasão por completo, muitos alunos passam um tempo significativo sem frequentar a escola, nesse período o processo de aprendizagem é completamente afetado, haja vista os conteúdos do ano letivo terem uma sequência lógica, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental (Costa, 2019, p 05).

Em razão disso, a trajetória de desenvolvimento de muitos desses indivíduos já inclui, durante a infância, situações de vulnerabilidade que envolvem fracasso escolar, dificuldades nas relações com outras pessoas, falta de supervisão, monitoramento e suporte adequados por parte dos pais, pouco investimento dos pais no desenvolvimento da criança, punições severas e exemplos de comportamentos agressivos por parte de adultos (Ferreira e Marturano, 2002, apud Simões, 2020).

Há também aqueles que possuem famílias desestruturadas, nas quais as crianças são expostas precocemente a vivência de pais que adotam práticas punitivas e agressivas na criação de seus filhos, juntamente com um ambiente social vulnerável

com altos índices de criminalidade, violência, vícios, falta de cuidado com os filhos e conflitos frequentes entre os adultos, são responsáveis pelo desenvolvimento de comportamentos agressivos nessas crianças tanto na escola quanto em interações com seus colegas. Todo esse aglomerado de conflitos, podem provocar traumas que terão impacto na socialização, comportamento e desempenho acadêmico dessas crianças (Ferreira e Marturano, 2002, apud Simões, 2020).

Existem numerosas pesquisas que abordam a influência do ambiente no desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Dentre eles, é digno de destaque o trabalho do psicólogo e pesquisador Lev Vygotski (1896 – 1934), que ampliou suas pesquisas sobre esse assunto. O autor destaca a indiscutível conexão entre o desenvolvimento humano e o ambiente, enfatizando que crianças e ambiente têm uma influência mútua (RAPOPORT; SARMENTO, 2009, apud Simões, 2020).

Portanto, segundo os estudos de Vygotski, as crianças que crescem em ambientes desfavoráveis, testemunham e sofrem violência familiar e recebem pouco estímulo dos pais, têm seu desenvolvimento prejudicado e são influenciadas pelas

mediações negativas do ambiente em que estão inseridas. E, quando as crianças são provenientes de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, é comum que apresentem comportamentos na escola semelhantes aos que presenciaram em casa (Simões, 2020).

Os transtornos de dificuldades de aprendizagem são influenciados por diversos fatores, como aspectos sociais, afetivos e orgânicos, e podem ocorrer em diferentes fases da vida. Podendo ter como consequências graves dificuldades de aprendizagem em diversas áreas do conhecimento, podendo ir tanto à dificuldade com números, letras, raciocínio lógico, tomada de decisões, leitura, escrita e interpretação de texto (Simões, 2020).

aprendizagem envolve o desenvolvimento de diversas capacidades, potencialidades, tanto físicas, quanto mentais e afetivas, ela não é apenas um ato de memorização ou que depende apenas de um conjunto de funções mentais, ou até mesmo de elementos físicos e emocionais, na verdade, todos esses processos são importantes. Não existe aprendizagem significativa sem todos esses elementos (Saraguci, 2022, p 0).

Desse modo, de acordo com especialistas, situações de vulnerabilidade social têm um impacto limitante no desenvolvimento das

crianças e consequências desastrosas para os sistemas educacionais. (Feitosa, et. al., 2022). Portanto, o contexto social em que a criança está inserida influencia tanto o seu comportamento quanto o seu rendimento na sala de aula, além do mais, também de apresentar impactos na saúde mental e em seu comportamento, tendo como resultado o enfraquecimento dos laços afetivos e relacionais, onde, tornam-se crianças, passivas e dependentes, com a autoestima significativamente prejudicada, e crianças agressivas, reativas e displicentes (Simões, 2020).

### **A ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO COM AS CRIANÇAS EM ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS**

O terceiro setor é o principal local onde as ações psicopedagógicas são desenvolvidas. No terceiro setor, e nas organizações não governamentais, o psicopedagogo enfrenta o desafio de estabelecer parcerias com profissionais do segundo setor (empresarial) e também de promover interações com outras instituições parceiras, visando ações políticas diversas que tenham como objetivo a inclusão educacional e o estímulo da aprendizagem dos

estudantes com dificuldades de aprendizagem (Silveira, 2019).

Nesse contexto, o psicopedagogo pode atuar em diferentes instituições, como escolas, hospitais, empresas e clínicas, com o propósito de ajudar alunos com dificuldades de aprendizagem. Seu trabalho é tanto preventivo como terapêutico, focado em entender o desenvolvimento e a aprendizagem humana. Ele utiliza estratégias estratégicas para lidar com problemas que possam surgir durante a educação, visando superá-los de forma significativa e promover uma aprendizagem significativa (Silveira, 2019).

Nessas organizações, haja vista que elas, normalmente ocorrem fora do setor público, o desafio que a Psicopedagogia Institucional enfrenta é o de estabelecer um diálogo viável entre as necessidades educacionais identificadas em contextos sociais onde o Estado contribui pouco para a formulação de políticas capazes de resolver essas dificuldades. Nesse sentido, o psicopedagogo surge como um profissional que pode articular, de forma interdisciplinar, os interesses das pessoas com suas dificuldades e as instituições que colaboram na promoção de uma aprendizagem

inclusiva e de qualidade (Coelho, 2000, apud Silveira, 2019).

Para tanto, ao realizar esse trabalho, o psicopedagogo utiliza conhecimentos científicos de diversas áreas como Pedagogia, Neurologia, Linguística, Psicologia, dentre outras. Assim, por meio desses conhecimentos o profissional ao analisar um caso leva em consideração diversos fatores que afetam a aprendizagem, como aspectos orgânicos, psíquicos, cognitivos, afetivos, emocionais, físicos e relacionados ao sistema. Dessa forma, através de uma abordagem multidisciplinar, é possível compreender e auxiliar na superação das dificuldades de aprendizagem (Silveira, 2019).

É importante destacar que o profissional de psicopedagogia oferece suporte para solucionar problemas e dificuldades de aprendizagem, com foco no aluno e em seu ambiente sociocultural. Ele atua em organizações não governamentais, provendo assistência em espaços educacionais informais, realizando avaliação, diagnóstico e intervenções necessárias. Tudo isso é feito utilizando métodos, instrumentos e técnicas próprias do psicopedagogo, com ética em suas ações (Silveira, 2019).

Pelo fato dos transtornos e problemas de aprendizagem serem influenciados por diversos fatores, tanto relacionados ao indivíduo em si, como aspectos orgânicos, cognitivos e emocionais, quanto ao ambiente em que ele está inserido, esse ambiente pode incluir a família, a escola e a sociedade como um todo, todos eles complexos e multifatoriais (Silveira, 2019).

Além disso, as relações e interações estabelecidas historicamente também têm influência nesses transtornos e problemas. O perfil da escola, incluindo sua filosofia, metodologia e estrutura administrativa e pedagógica, pode ser um fator importante, já que muitas vezes oferece poucos estímulos para o desenvolvimento das potencialidades educativas da aprendizagem escolar sistemática. Isso ocorre porque ainda é comum a adoção de um modelo educacional tradicional e antiquado de ensino (Silveira, 2019).

Ainda assim, em todos os problemas e dificuldades de aprendizagem dos alunos, se considerados individualmente, diversas hipóteses podem ser propostas para suas causas, como as que ocorrem no início do neurodesenvolvimento, que podem

causar dificuldades de aprendizagem, de leitura, de escrita e de resolução de problemas. Dentre eles, só podem ser superados por meio de métodos de aprendizagem alternativos e dinâmicos para a construção de novos conhecimentos entre os alunos (Silveira, 2019).

Na esfera das organizações não governamentais, particularmente nestes tempos atuais, a psicopedagogia enfrenta o desafio de agir tanto de forma preventiva quanto curativa, visando abordar as diferentes áreas humanas relacionadas à aprendizagem escolar. Essas áreas incluem a perspectiva motora, linguística, cognitiva e emocional, com o objetivo de auxiliar na organização e planejamento de condições de aprendizagem integradas. Isso deve ser feito considerando toda a dimensão global do indivíduo, levando em conta suas características únicas. A ideia é possibilitar que o processo educacional corresponda à complexidade dos processos de ensino atualmente (Scoz, 1987, apud Silveira, 2019).

O profissional de psicopedagogia deve desenvolver suas competências pessoais com uma postura ética, analisando criticamente sua habilidade em: lidar com problemas, enfrentando conflitos e

buscando soluções positivas; negociar habilmente no sentido de procurar soluções que beneficiem todas as partes envolvidas; gerenciar informações de forma adequada; se adaptar a diferentes contextos, sendo versátil e flexível diante de novas demandas que surgirem; exercer sua autonomia e responsabilidade com segurança; e, por fim, agir de forma construtiva e tolerante, mesmo em situações difíceis de trabalho, mantendo uma postura crítica e profissional (Fantova, 2005, apud Silveira, 2019).

Sobre a ética profissional do psicopedagogo, vale questionar sobre a sua real atuação para identificar, diagnosticar e cuidar de problemas de aprendizagem educacionais, num processo reflexivo e crítico sobre qual é o seu papel em instituições não-governamentais como espaços de educação não-formais, sobre as suas atribuições e deveres profissionais nestes espaços, ação esta que deverá estar a favor do aprendizado do educando (Silveira, 2019, p 138).

Dentro desse contexto, é dever de cada membro do time de trabalho de uma organização não governamental, especialmente do psicopedagogo, ter a tarefa primordial de exercer um olhar crítico sobre a realidade social e institucional. Isso inclui ter autonomia

de pensamento ao tomar ações, lembrando que o cotidiano é complexo e deve ser analisado de forma crítica e vigilante, visando a construção do conhecimento de maneira significativa (Silveira, 2019).

Dessa forma, as principais funções do psicopedagogo em instituições não formais de educação consistem em observar com atenção e estabelecer uma relação próxima, com o objetivo de colaborar com as ações, estratégias, possibilidades e alternativas para promover um aprendizado significativo e o desenvolvimento de habilidades no aluno, em relação à sua vida (Silveira, 2019).

É importante compreender que cada criança deve ser avaliada e habilitada como um indivíduo completo e em constante evolução, que está constantemente construindo seu processo de aprendizado. Elas são seres inacabados em constante construção, e é essencial prestar atenção e ter sensibilidade ao lidar com crianças que estão passando por dificuldades (Silveira, 2019).

Independentemente do campo de atuação do psicopedagogo, seja ele clínico ou institucional, seu compromisso está relacionado aos processos de ensino e aprendizagem.

O objetivo é compreender o papel desempenhado na construção do conhecimento por parte do aluno, de modo que a aprendizagem seja uma interação entre o sujeito e a tarefa (Silveira, 2019).

Nas Organizações Não-Governamentais (ONGs), o acompanhamento psicopedagógico pode ser direcionado tanto para a equipe como um todo, como também para indivíduos, de acordo com as necessidades das crianças ou adolescentes. Nesses contextos, o objetivo é compreender o paciente em questão, fazer seu diagnóstico e trabalhar de maneira psicopedagógica - seja em grupo ou em uma comunidade - visando proporcionar aceitação a ele. No entanto, é possível observar a lacuna de informações abrangentes para a prática psicopedagógica dentro das organizações não governamentais. No caso de crianças abrigadas, a falta de informações e relações familiares representa uma considerável lacuna em cada etapa da avaliação e intervenção, seguindo a abordagem tradicionalmente utilizada (Silveira, 2019).

Não obstante, no que envolve a prática psicopedagógica, existem diferentes procedimentos para essa atuação, assim, os procedimentos não

são fixos, e variam de acordo com cada profissional e o contexto em que a criança ou adolescente está envolvido. Neste contexto, existem aquelas práticas consideradas tradicionais nas quais são mais comumente utilizadas, ainda, ressalta-se os benefícios e vantagens que surgem quando essas práticas são implementadas com sucesso (Silveira, 2019).

No que diz respeito ao desempenho do pedagogo em ONGs, observa-se uma participação significativa nessas organizações, onde sua atuação está focada em fornecer uma educação considerada não-formal. Apesar de terem direcionamento e metas nas atividades pedagógicas, esses profissionais não adotam um currículo padrão como é feito nas instituições de ensino tradicionais. Concordando com Gadotti (2005, apud, Alencar, 2013), pode-se afirmar que tais atividades não seguem a mesma ordem e estrutura formais das oferecidas nas escolas

Dentro dessas instituições, quando seu foco está voltado para crianças e adolescentes, nas suas atividades pedagógicas, percebe-se a presença de projetos com diferentes finalidades. Esses projetos podem ser de artes, inclusão digital, artes visuais, de complementação escolar e contra

o trabalho infantil, dentre outros (Alencar, 2013, p 45)

Como é sabido, em maior parte das ONGs, o foco e o público-alvo do trabalho está em crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. (Alencar, 2013). De acordo com Carvalho (2008, apud Alencar, 2013) essa situação acarreta um impacto significativo na realidade e afeta de maneira dramática aqueles que estão ainda se desenvolvendo (Alencar, 2013).

Em razão disso, por apresentarem baixo nível de escolaridade a maioria das crianças que participam dos projetos e atividades oferecidos pelas ONGs são alunos do sistema público de ensino, onde, em um horário vão para a escola e em outro horário frequentam as ONGs, quando essas instituições não realizam um trabalho de abrigo (Alencar, 2013).

Sendo assim, para realizar seu trabalho dentro dessas instituições, o psicopedagogo deve não apenas trazer uma sólida base teórica, mas também uma abordagem pedagógica que seja altamente relevante para a realidade delas. De acordo com o Programa Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua – PAICA -, é essencial que o

educador compreenda a estrutura social na qual a criança se encontra e esteja disposto a dialogar, a fim de encontrar soluções para promover a mudança, objetivando a melhora do quadro (Alencar, 2013).

Portanto, dentro dessas instituições, pode-se dizer que o psicopedagogo desempenha não apenas a função de trabalhar com as crianças que possuem dificuldades de aprendizagem, mas também desempenha diversas funções (Alencar, 2013).

Assim, o profissional de psicopedagogia, contribui na criação de projetos, levando em consideração a realidade da comunidade onde as crianças estão inseridas. Além disso, ele participa do planejamento pedagógico, colabora com atividades de educação complementar, como reforço escolar, e trabalha diretamente com as crianças como recriador e ainda, interage com os familiares em reuniões e atua na articulação com outras instituições ou empresas, com o objetivo de estabelecer parcerias (Alencar, 2013).

É de grande importância a participação do pedagogo dentro de instituições de ensino formais e não-formais, já que ele, com seu trabalho e visão pedagógica, procura encontrar a melhor forma

para que tanto na escola, como em ambientes não escolares, se encontrem maneiras, métodos e ações para que ocorra o desenvolvimento da criança e do adolescente (Alencar, 2013, p 46).

Segundo Libâneo (2010, apud Alencar, 2013), a identidade do pedagogo é reconhecida através de sua atuação nas diferentes atividades relacionadas à educação e ao processo educativo. O seu papel no âmbito educacional está ligado a objetivos mais abrangentes da educação, enquanto a parte educativa envolve a própria prática de ensinar, a interação entre os agentes educacionais e as diferentes modalidades e contextos de ensino.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para realização do projeto de pesquisa foi a Bibliográfica, na qual está refere-se a:

Segundo Gil (2002, p. 61) o método bibliográfico consiste em:

Esse levantamento bibliográfico preliminar pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo no qual está interessado, bem como sua delimitação. Essa familiaridade é essencial para que o problema seja formulado de maneira clara e precisa.



Com isso foi utilizado livros, revistas, artigos, monografias e dissertações para a elaboração do corpo teórico do trabalho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Assim como exposto, as organizações não governamentais são entidades privadas sem fins lucrativos, e estão associadas ao segmento conhecido como “terceiro setor”, englobando diversos atores privados que atuam com fins públicos, desenvolvendo ações em prol do bem comum. Muitas Organizações Não Governamentais (ONGs) também atuam no campo amplamente reconhecido da educação. Algumas dessas organizações estão envolvidas no campo da educação não formal.

No caso desse artigo, foi abordado as organizações não governamentais no âmbito da educação. Para tanto, foi possível identificar que as ONGs têm se tornado cada vez mais poderosas no trabalho com crianças e adolescentes socialmente em vulnerabilidade.

O espaço destinado à prática do trabalho psicopedagógico tem se expandido, estabelecendo uma conexão com diversas áreas e setores do conhecimento humano. Dessa

forma, este artigo veio em busca da promoção de uma reflexão sobre os diversos papéis que o psicopedagogo pode desempenhar, especialmente no Terceiro Setor.

Diante disso, dá-se lugar a psicopedagogia atuante nessas instituições. Nesse sentido, o psicopedagogo surge como um profissional que pode articular, de forma interdisciplinar, os interesses das pessoas com suas dificuldades e as instituições que colaboram na promoção de uma aprendizagem inclusiva e de qualidade.

Pois, assim como mencionado, a Psicopedagogia é um campo em expansão, que surgiu para trabalhar as dificuldades de aprendizagem. Porém, enfatiza-se que nas Organizações Não Governamentais, o processo de ensino e aprendizagem ocorre de maneira diferente do processo educativo oferecido em escolas de ensino regular

Ao pensar nas crianças que estão inseridas nesse contexto de organização não governamental, existe uma demanda significativa de crianças e adolescentes em situação de risco. Assim, uma das características desta camada é o baixo nível de escolaridade, e comumente a escola é deixada de lado pois há outras

necessidades emergentes e mais urgentes.

Desse modo, é evidenciado que há ligações entre vulnerabilidade social e educação e estas referem-se ao contexto extracurricular das crianças, e isso se explica pelo fato da criança ser um indivíduo que está inserido na sociedade e que é influenciado pelas estruturas sociais da mesma.

Portanto, concluir-se que o trabalho do psicopedagogo além de estar voltado para a melhora do quadro de transtornos de aprendizagem dessas crianças vulneráveis sociais, também se relaciona a uma forma diferente de atuar no auxílio a todas as condições dessa organização, assim, a caracteriza como uma prática intrinsecamente interdisciplinar, pois além de, também haja vista que a Psicopedagogia possibilita uma visão global das necessidades dos sujeitos, pois, cada um necessita de um tipo de atendimento diferenciado, em consonância às demandas apresentadas.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Luciana da Silva. **O papel do pedagogo em instituições que trabalham com crianças em situação de vulnerabilidade social**. Orientador:

Profa. Ms. Patricia Campelo do Amaral. 2013. 1-76 p. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Centro De Ensino Superior Do Ceará - Faculdade Cearense, Fortaleza - Ce, 2013. Disponível em: <https://www.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/PED/O%20PAPEL%20DO%20PEDAGOGO%20EM%20INSTITUICOES%20QUE%20TRABALHAM%20COM%20CRIANCAS%20EM%20SITUACAO%20DE%20VULNERABILIDADE%20SOCIAL.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

AMARANTE, Milena Justo do. O processo de alfabetização e letramento de crianças que vivem em contexto de vulnerabilidade social: uma experiência do Programa Residência Pedagógica. 2022. 29 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022. Disponível em: <https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/4919>. Acesso em 21 out. 2023.

COSTA, Evyla Da Silva. **Vulnerabilidade social no contexto escolar: implicações no desempenho e aprendizagem**. Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/63001>>. Acesso em: 28/10/2023 20:13

COSTA, F. V.; DA MOTTA, I. D.; DANTE, C. R. C. A AUSÊNCIA DE QUALIDADE DO ENSINO E A CONSEQUENTE OFENSA AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM FACE DO FRACASSO ESCOLAR. **Revista Direito em Debate**, [S. l.], v. 27, n. 50, p. 12–26, 2019. DOI: 10.21527/2176-6622.2018.50.12-26. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/>

revistadireitoemdebate/article/view/767  
2. Acesso em: 28 out. 2023.

FEITOSA, Francileide Gomes de Oliveira *et al.* Pedagogia do Abandono: A Representação da Vulnerabilidade Social no Processo Ensino-Aprendizagem. **ID. Online - Revista de Psicologia**, [S. l.], ano 2022, v. 16, n. 60, 30 maio 2022. Artigos, p. 90-105. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3423>. Acesso em: 25 out. 2023.

FERREIRA, Natalia Ribeiro. **ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: orientações para o trabalho pedagógico com o 2º ano do ensino fundamental por meio de sequências didáticas.** Orientador: Prof. Dra. Vanja Maria Dominices Coutinho Fernandes. 2019. 197 p. Dissertação de Mestrado (Mestre em Educação- Gestão de Ensino e Educação Básica) - UFM - Universidade Federal do Maranhão, São Luis - MA, 2019. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/3016/2/NataliaFerreira.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

GERVASIO, Weruccy Lacerda; RODRIGUES, Silvestre Coelho. **A importância do psicopedagogo dentro da instituição organizacional.** 2014. 1-33 p. TCC (Graduação em Psicopedagogia) - Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Paraíba, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16166/1/WLG11092014.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

GHANEM, E.. As ONGs e a responsabilidade governamental com a escola básica no Brasil. *Pro-Posições*, v. 23, n. 2, p. 51–65, maio 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pp/a/bLH5S4fCzq6jxQ7txDz5mh/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 21 out. 2023.

INGLESI, A. S.; SEMEGHINI-SIQUEIRA, I.. A leitura nas organizações não governamentais e inter-relações com a escola pública. *Educação e Pesquisa*, v. 37, n. 2, p. 321–338, maio 2011. Disponível em: [SciELO - Brasil - A leitura nas organizações não governamentais e inter-relações com a escola pública A leitura nas organizações não governamentais e inter-relações com a escola pública](https://www.scielo.br/j/pp/a/bLH5S4fCzq6jxQ7txDz5mh/abstract/?lang=pt#). Acesso em 27 out. 2023.

LEONARDI, Gilson. A atuação da psicopedagogia no terceiro setor: Em busca de um espaço amplo de ação em resgate da cidadania. **Constr. psicopedag.**, São Paulo, v. 13, n. 10, 2005. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-69542005000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542005000100008&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 28 out. 2023.

MORAIS, Angela Aparecida Bolzan de. **ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: DESAFIOS À GESTÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.** Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Carla Hollweg Powaczuk. 2021. 187 p. Dissertação de Mestrado (Mestra em Políticas Públicas e Gestão Educacional.) - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/25839/DIS\\_PPGPPGE\\_2021\\_MORAIS\\_ANGELA.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/25839/DIS_PPGPPGE_2021_MORAIS_ANGELA.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 21 out. 2023.

RAUPP, Elisandra Silveira; ACCORSSI, Aline. A PRÁTICA PSICOPEDAGÓGICA EM ABRIGOS PARA CRIANÇAS E

ADOLESCENTES. **REVISTA POIESIS – REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO – UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**, Santa Catarina, ano 2016, v. 10, n. Esp, 24 nov. 2016. Artigos de Demanda Contínua, p. 217-234. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/2815>. Acesso em: 15 out. 2023.

SANTOS, L. C. DOS.; MARTURANO, E. M.. Crianças com dificuldade de aprendizagem: um estudo de seguimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 12, n. 2, p. 377–394, 1999. Disponível em: [SciELO - Brasil - Crianças com dificuldade de aprendizagem: um estudo de seguimento](https://doi.org/10.1590/0130-006X19990120203). Acesso em: 20 out. 2023.

SARAGUCI, Cristiane Fernandes Esteves *et al.* Os impactos da vulnerabilidade social na aprendizagem. *In: Os impactos da vulnerabilidade social na aprendizagem*. [S. l.]: Atibaia Hoje, 7 jun. 2022. Disponível em: <https://www.atibaiahoje.com.br/colunas/cristiane-saraguci/os-impactos-da-vulnerabilidade-social-na-aprendizagem>. Acesso em: 22 out. 2023.

SCHEID, Liara Laís; MAFALDA, Marielle Picarelli; PINHEIRO, Mirian Teresinha. O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGS PARA A DIVULGAÇÃO DA IMAGEM TURÍSTICA DO BRASIL. I Encontro SEMINTUR JR: Seminário de Pesquisas em Turismo do Mercosul - Saberes e fazeres no turismo: interfaces, Itajaí, p. 1-11, 24 jun. 2010. Disponível em: <https://www.ufrs.br/site/midia/arquivos/>

[o\\_papel\\_das\\_org.pdf](#). Acesso em: 28 out. 2023.

SILVA, M. V. de O.; MORETTI, V. D. A ATIVIDADE DE ENSINO DE MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS, APRENDIZAGEM E VULNERABILIDADE SOCIAL. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2022. DOI: 10.34024/olhares.2022.v10.14381. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/14381>. Acesso em: 28 out. 2023.

SILVA, Patrícia Modesto da *et al.* CONTRIBUIÇÕES DE ONGS PARA EXPERIÊNCIAS DE AUTONOMIA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES VULNERABILIZADOS SOCIALMENTE: Revista de Iniciação Científica CESUMAR. **O papel do pedagogo em instituições que trabalham com crianças em situação de vulnerabilidade social.**, [S. l.], ano 2020, v. 22, n. 2, 21 dez. 2020. Educação, p. 225-235. DOI 10.17765/1518-124. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/iccesumar/article/view/9376>. Acesso em: 19 out. 2023.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. de L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. *Educação Por Escrito*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 35–48, 2017. DOI: 10.15448/2179-8435.2017.1.24527. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/view/24527>. Acesso em: 28 out. 2023.

SILVEIRA, Rafael da. A ATIVIDADE PSICOPEDAGÓGICA EM ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS. **REVISTA**

**PRAXIS PEDAGÓGICA**, Porto Velho - RO, v. 2, n. 3, 10 out. 2019. Mestrado Acadêmico em Educação, p. 131-148. DOI 2237-5406. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/praxis/>. Acesso em: 12 out. 2023.

SIMÕES, E. D. F. As dificuldades de aprendizagem e a vulnerabilidade social / Learning difficulties and social vulnerability. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 3037–3046, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n1-220. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/6243>. Acesso em: 28 oct. 2023.

TAVARES, Marcelle Claudia; DIAS, Mayara Danielle; ARAÚJO, Clarissa Martins Araújo. A atuação do pedagogo em espaços não formais de educação:: um estudo a partir de Organizações Não Governamentais do Recife. **Repositório UFPE**, PE, p. 1-28, 18 maio 2016. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39399/2406246/TAVARES%3B+DIAS%3B+ARAÚJO+-+2015.1.pdf/f061911c-b996-4987-92c7-6f683519d5a1>. Acesso em: 17 out. 2023.